



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2023**

**INSTITUI O SELO “LIVRE DA CRUELDADE”  
COMO FORMA DE CERTIFICAÇÃO OFICIAL  
DO PRODUTOS E MARCAS QUE NÃO  
REALIZEM TESTES EM ANIMAIS NO  
ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o selo "Livre de Crueldade", no Estado de Alagoas, como forma de certificação oficial dos produtos e marcas que não realizem testes em animais.

*Parágrafo Único.* O Estado de Alagoas poderá conceder benefícios e incentivos fiscais para os estabelecimentos e marcas que não realizem testes de produtos em animais, em que tenha cumprido os requisitos para concessão do selo, a ser definido em decreto governamental.

**Art. 2º** O Poder Executivo deve regulamentar esta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor 12 meses após a data de sua publicação.

**Art. 4º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 01 de fevereiro de 2023.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 114/2023  
Data: 01/02/2023 - Horário: 16:46  
Legislativo



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta busca proibir, no Estado de Alagoas, a realização de testes com animais para desenvolvimento de cosméticos e congêneres.

Destacamos que a presente legislação já está em vigor em diversos Estados, cujo tema já teve sua constitucionalidade auferida pelo Supremo Tribunal Federal, que analisou a constitucionalidade da Lei Promulgada nº 289, de 3 de dezembro de 2015, do Estado do Amazonas, com inspiração na Lei nº 15.316, de 23 de janeiro de 2014, do Estado de São Paulo.

Ao decidir a ação proposta pela Associação Brasileira da Indústria da Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC, a Corte Suprema entendeu, no bojo da ADI 5996, que os Estados da Federação detêm competência concorrente para legislar sobre proteção à fauna, em razão do federalismo cooperativo, ínsito à nossa organização constitucional, o que revela, a não mais poder, a competência desta Casa, seja de iniciativa, seja por tema, para legislar sobre o assunto, declarando, portanto, a constitucionalidade da Lei amazonense e julgando improcedente o processo.

Vale dizer que, naquele julgado, a Humane Society International, entidade que foi admitida no processo na condição de *amicus curiae*, bem demonstrou a crueldade dos testes com animais, bem como a existência de tecnologia apta a realizar tais testes sem a necessidade de submeter animais a tamanha crueldade.

Trata-se do artigo 225, §1º, VII, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.  
§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:  
[...]



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Assim, o próprio texto constitucional demanda que o poder público atue de forma a vedar práticas que submetam animais a tratamento cruéis. Assim, os Estados Federados são legitimados, tanto quanto a União, para promover medidas que protejam os animais contra a crueldade. Isso porque,

Ressalta-se ainda que o PLC 70/2014 (tramitação conjunta com PLS 438/2013) que proíbe o uso de animais em pesquisas e testes para produção de cosméticos foi aprovada, 22/11/2022, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o que demonstra a relevância da regulação da matéria.

Por fim, surge o presente Projeto de Lei a proposição de instituir o selo "Livre da Crueldade", no âmbito do Estado de Alagoas, como forma de certificação oficial aos produtos e marcas que não realizem testes em animais. O objetivo primordial é promover a conduta que visa garantir o bem-estar animal por meio de medidas positivas que incentivem o setor produtivo deste contexto fático.

Desde já, contamos com a colaboração e o apoio dos Nobres Pares à aprovação desta propositura.

Sala das sessões, 01 de fevereiro de 2023.

**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL